

REGULATORY UPDATE

Novembro 2019



A AEM publica o REGULATORY UPDATE com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O REGULATORY UPDATE contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o mês imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

EMPRESAS COTADAS - RELATÓRIO DA OCDE



OECD - Owners of the World's Listed Companies

O relatório “OWNERS OF THE WORLD'S LISTED COMPANIES” apresenta dados comparativos sobre os proprietários das sociedades cotadas, bem como uma visão global quanto às diferentes categorias de accionistas e grau de concentração da propriedade.

A OCDE analisou informação relativa à estrutura societária das 10 mil maiores empresas cotadas, incluindo 36 empresas cotadas no mercado português (no final de 2017).

Entre outras conclusões com muito interesse, o RELATÓRIO nota que a concentração accionista é observada na generalidade dos mercados de capitais: em metade das companhias analisadas os três maiores accionistas detêm 50% do capital e em três quartos destas os três maiores accionistas detêm mais de 30% do capital.

Table A.4. - Average ownership by category of investor, end-2017, pg. 38

	Private corporations	Public sector	Strategic individuals	Institutional investors	Other free-float
PORTUGAL	40%	5%	20%	17%	19%

Table A.5. Domestic and non-domestic ownership, end-2017, pg. 39

	Private corporations		Public sector		Strategic individuals		Institutional investors		Other free-float
	Domestic	Non-Domestic	Domestic	Non-Domestic	Domestic	Non-Domestic	Domestic	Non-Domestic	
PORTUGAL	19%	13%	1%	10%	12%	0%	4%	21%	19%



LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Decreto do Presidente da República n.º 70/2019, de 14 de Novembro

Ratifica a Convenção Multilateral para a Aplicação das Medidas Relativas às Convenções Fiscais Destinadas a Prevenir a Erosão da Base Tributária e a Transferência de Lucros, adotada em Paris, em 24 de novembro de 2016 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 167/2019, de 21 de Novembro

Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2020 - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 56/2019, de 22 de Novembro

Retifica o Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro, das Finanças, que procede à transferência para a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários das competências de supervisão sobre as sociedades gestoras de fundos de investimento e de fundos de titularização de créditos, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 182, de 23 de setembro de 2019 - [DOC](#)

Portaria n.º 397/2019, de 21 de Novembro

Princípio da onerosidade - [DOC](#)

Despacho n.º 10551/2019, de 18 de Novembro

Aprova as alterações da declaração periódica de rendimentos Modelo 22, respetivos anexos e instruções de preenchimento - [DOC](#)

Parecer n.º 20/2019, de 15 de Novembro

Enquadramento jurídico/fiscal de operações de capital social com cancelamento de quotas - [DOC](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei 131/XIV (PAN), 29 de Novembro

Lei de bases do Clima - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Projeto de Plano Orçamental 2020 - XXI Governo - [DOC](#)

Retomar proposta de **reforma da supervisão financeira** para garantir um sistema mais sólido - [DOC](#)

GEE - **The China Shock and Employment in Portuguese Firms** - [DOC](#)

GEE - **Comércio internacional de Portugal com o Reino Unido** - [DOC](#)

GEE - **Painel sobre crédito, endividamento e investimento das empresas** - [DOC](#)

GEE - **O transporte internacional de passageiros, em Portugal - 2015 a 2017** - [DOC](#)

GEE - **Boletim mensal de Economia Portuguesa**, n.º 10/2019 - [DOC](#)

GEE - **Síntese Estatística de Comércio Internacional** - [DOC](#)



GEE - Indicadores de Conjuntura - [DOC](#)

Comunicado do Conselho de Ministros, de 28 de Novembro - [DOC](#)

ponto 5. Foram reapreciados os seguintes diplomas aprovados na anterior legislatura e que não concluíram o respetivo procedimento legislativo:

- Proposta de lei relativa ao novo regime jurídico da constituição e funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões. O diploma, a submeter à apreciação da Assembleia da República, assegura a transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva (UE) n.º 2016/2341, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 21 de Novembro - [DOC](#)

ponto 2. Foi aprovado o Código de Conduta do XXII Governo Constitucional, que estabelece um conjunto de regras que visam assegurar que a atividade governativa seja pautada por princípios de boa administração, transparência, imparcialidade, integridade e respeito interinstitucional.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 14 de Novembro - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou a atualização do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) para os 635 euros (seiscentos e trinta e cinco euros), com entrada em vigor no dia 1 de janeiro de 2020.

CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CONSULTAS PÚBLICAS

Consulta Pública n.º 8/2019, de 27 de Novembro - Projeto de regulamento que altera o Regulamento da CMVM n.º 3/2015, de 3 de novembro de 2015, relativo ao capital de risco, empreendedorismo social e investimento alternativo especializado - [DOC](#)

Consulta Pública n.º 7/2019, de 5 de Novembro - Projeto de Regulamento relativo ao envio de informação à CMVM para efeitos de supervisão prudencial de SGOIC e SGFTC. A decorrer entre os dias 6 de novembro de 2019 e 17 de dezembro de 2019 - [DOC](#)

Consulta Pública n.º 6/2019, de 5 de Novembro - Projeto de Regulamento que altera os Regulamentos CMVM n.º 2/2002 e n.º 12/2002, relativos à titularização de créditos. A decorrer entre os dias 6 de novembro de 2019 e 17 de dezembro de 2019 - [DOC](#)

Consulta Pública n.º 5/2019, de 5 de Novembro - Projeto de Regulamento que altera o Regulamento da CMVM n.º 2/2015 sobre a atividade de gestão de organismos de investimento coletivo. A decorrer entre os dias 6 de novembro de 2019 e 17 de dezembro de 2019 - [DOC](#)

Relatório síntese das 17 respostas ao Documento de Reflexão e Consulta sobre Finanças Sustentáveis da CMVM - [DOC](#)

CIRCULARES, FAQS E COMUNICADOS

Intervenção de Rui Pinto, Administrador da CMVM, na conferência "**A formação financeira no desenvolvimento empresarial**" - [DOC](#)

Entrevista de Rui Pinto, administrador da CMVM, ao Jornal Económico, sobre literacia financeira: "**Há muito por caminhar em termos de conhecimentos básicos**" - [DOC](#)

CMVM publica "**Relatório sobre a atividade de capital de risco**" em 2018 - [DOC](#)



Portugal FinLab lança 2ª edição na Web Summit - [DOC](#)

CMVM explica as **obrigações legais que decorrem da celebração de contratos de derivados** - [DOC](#)

Perguntas e Respostas sobre **Regulamento (UE) da Titularização** - [DOC](#)

CMVM determina nomeação de auditor para **fixação da contrapartida mínima a oferecer aos acionistas** por ocasião da perda da qualidade de sociedade aberta requerida pela Toyota Caetano Portugal, S.A. - [DOC](#)

CMVM determina **nomeação de auditor independente** para fixar a contrapartida mínima na OPA à sociedade Grupo Média Capital, SGPS, S.A. - [DOC](#)

Atualização das perguntas e respostas relativas à **OPA lançada pela Cofina sobre o Grupo Média Capital** - [DOC](#)

CMVM informa sobre **relatório do auditor para fixação da contrapartida mínima a oferecer aos acionistas** da Compta - [DOC](#)

Informação aos investidores sobre Ações Preferenciais emitidas pela E.G. Premium Investment S.A. - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores trimestrais de **gestão de ativos** - 3º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Outubro - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Outubro - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais** português - Outubro - [DOC](#)

Indicadores mensais de **receção de ordens** - Outubro - [DOC](#)

BANCO DE PORTUGAL

REGULAMENTAÇÃO

Instrução (Histórico) n.º 21/2019 - Regulamenta o reporte de incidentes de cibersegurança em entidades supervisionadas pelo Banco de Portugal e em instituições de crédito significativas com sede em Portugal supervisionadas pelo Banco Central Europeu - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 20/2019 - Divulga a informação relativa às exposições não produtivas e exposições reestruturadas que as instituições devem observar para efeitos do cumprimento dos requisitos de divulgação estabelecidos no Regulamento (UE) n.º 575/2013, alterando a Instrução n.º 5/2018 - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 19/2019 - Altera a Instrução n.º 54/2012, de 15-01-2013, que regulamenta o funcionamento do sistema de transferências automáticas transeuropeias de liquidação por bruto em tempo real - TARGET2-PT - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 18/2019 - Altera a Instrução n.º 5/2017 que regulamenta o reporte de informação para fins de supervisão, em base individual, para algumas entidades - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2019/00000070 - Informa sobre as datas-limite de notificação do montante de reservas mínimas (reportes mensal e trimestral), bem como o calendário dos períodos de manutenção para o ano de 2020 - [DOC](#)

Aviso n.º 3/2019 - Altera o Aviso n.º 11/2014 do Banco de Portugal, de 22-12, passando a incluir-se no respetivo âmbito as sucursais em Portugal de instituições financeiras com sede no estrangeiro - [DOC](#)



RELATÓRIOS E BOLETINS

Relatório de **atividade da SCTECH – 2019** - [DOC](#)

Séries Longas – **Sector Bancário Português 1990-2018** - [DOC](#)

Quadros do Setor - 2018 - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 11/2019 - Novembro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 11/2019: 1º Suplemento - Novembro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 10/2019: 3º Suplemento - Novembro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 10/2019: 2º Suplemento - Novembro - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 11/2019 - Novembro - [DOC](#)

Boletim Notas e Moedas - Novembro - [DOC](#)

Indicadores Coincidentes - Novembro - [DOC](#)

INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Intervenção de abertura do Governador, Carlos da Silva Costa, na Conferência do Banco de Portugal "**The euro 20 years on: the debut, the present and the aspirations for the future**" - [DOC](#)

Nota de abertura do Governador, Carlos da Silva Costa, na 4.ª edição da **Money Conference** - [DOC](#)

Intervenção de abertura do Vice-Governador, Luís Máximo dos Santos, na **Conferência OMC: 25 anos** - [DOC](#)

Intervenção do Vice-Governador, Luís Máximo dos Santos, no encerramento da Conferência do Banco de Portugal "**The euro 20 years on: the debut, the present and the aspirations for the future**" - [DOC](#)

Intervenção do Administrador Hélder Rosalino na abertura da **Reunião Interbancária sobre Sistemas de Pagamentos** - [DOC](#)

Entrevista do Administrador Hélder Rosalino à revista **Dinheiro & Direitos** - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre a **imposição de uma reserva de fundos próprios às instituições identificadas como "outras instituições de importância sistémica"** - [DOC](#)

Banco de Portugal analisou com o sistema financeiro os **principais desafios associados aos sistemas de pagamentos** - [DOC](#)

Principais resultados do **inquérito à situação financeira das famílias 2017** - [DOC](#)

Banco de Portugal **renova portal das estatísticas** - [DOC](#)

Banco de Portugal **atualiza indicadores das empresas** da Central de Balanços para 2018 - [DOC](#)

Banco de Portugal disponibiliza **informação histórica sobre o setor bancário português** - [DOC](#)

Prémio Professor Jacinto Nunes 2019 - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Setembro - [DOC](#)

Empréstimos concedidos pelo setor financeiro: Setembro - [DOC](#)



Financiamento das administrações públicas: Setembro - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Setembro - [DOC](#)

Posição de investimento internacional: Setembro - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Setembro - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Setembro - [DOC](#)

Fundos de investimento: Setembro - [DOC](#)

Emissões de títulos: Setembro - [DOC](#)

Dívida pública: Setembro - [DOC](#)

ASF - AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Consulta Pública n.º 7/2019 - Projeto de Norma Regulamentar que estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no primeiro trimestre de 2020 - [DOC](#)

Nota sobre o **Regulamento de Execução (UE) n.º 2019/1902** da Comissão, de 7 de novembro de 2019 - [DOC](#)

Relatório de Gestão de Reclamações – 1.º semestre de 2019 - [DOC](#)

Relatório Estatístico do Fundo de Garantia Automóvel – 1.º semestre de 2019 - [DOC](#)

Painel de Riscos do Setor Segurador da ASF – 2.º trimestre de 2019 - [DOC](#)

Presidente da ASF participa na **Semana da Formação Financeira 2019** - [DOC](#)

AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Despacho do SEAF n.º 5/2019, de 18 de novembro - Determina que as obrigações declarativas e de pagamento relativas às DMIS de janeiro e de fevereiro de 2020 poderão ser cumpridas até ao dia 20 de abril de 2020 - [DOC](#)

Despacho n.º 10551/2019, de 18 de novembro - Aprova as alterações da declaração periódica de rendimentos Modelo 22, respetivos anexos e instruções de preenchimento - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 15227/2019 - Direito à dedução – Iva suportado na edificação de imóvel que se destina à afetação à atividade de alojamento local após o respetivo licenciamento - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 15224/2019 - Operação sujeita e não isenta - Débito de encargos bancários a cliente relativos a operações de “confirming” - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2019 002008 - DLRR e RCCS – Cumulatividade por recurso ao lucro do próprio exercício - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 30216/2019 - IVA - Isenções Previstas nas alíneas d), e), f) e j) do n.º 1 do artigo 14.º do Código do IVA. Comprovação das Isenções - n.º 8 do artigo 29.º do mesmo Código - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 30215/2019 - IVA - Lista das Moedas de Ouro - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 6 de Novembro

I. No artigo 2.º, n.º 1, do Regime Geral de Apoio ao Investimento (RFAI) aprovado pelo art. 13.º da Lei n.º 10/2009, de 10/3, definem-se os sujeitos passivos que podem beneficiar desse regime por referência à atividade exercida, a título principal, nomeadamente a de transformação exercida pela impugnante.

II. Nos n.ºs 2 e 3 desse art. 2.º encontram-se previstas as condições ou pressupostos a observar pelos sujeitos passivos de IRC, quer quanto aos investimentos, quer quanto aos próprios sujeitos passivos.

III. No RFAI, devido às graves dificuldades que o país atravessava, foi alterado o paradigma anterior, o qual era de conceder benefícios para fins específicos.

IV. Assim sendo, e tendo o investimento ocorrido na área da energia, resulta não ser de excluir o benefício fiscal de dedução à coleta de IRC previsto no art. 3.º.

V. O dito investimento não ter sido assumido juridicamente pela recorrida, mas por sociedade que é do mesmo grupo da recorrida que a detém a 100%, não se encontra previsto como pressuposto nos ditos artigos 2.º e 3.º do RFAI. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 6 de Novembro

I. A norma contida no art. 147.º n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais (CSC), depende de lei formal da Assembleia da República ou de lei do Governo precedida de autorização legislativa que definisse a extensão e sentido da responsabilidade que na mesma se encontra prevista – artigos 165.º n.ºs 1, i) e 2 da atual C.R.P., por referência ao seu art. 103.º n.º 2 (a estas disposições correspondem os artigos 168.º n.ºs 1, i) e 2 e 106.º n.ºs 2 da C.R.P., na versão vigente à data da entrada em vigor do C.S.C.).

II. Inexistindo tal lei formal ou de autorização legislativa, a norma contida no art. 147.º n.º 2 do C.S.C. padece de inconstitucionalidade orgânica, não podendo ser aplicada, e resulta preenchido o fundamento de oposição previsto no art. 204.º n.º 1, b), do C.P.P.T. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 9 de Outubro

I. Por força do art. 153.º, n.ºs. 1 e 2 do CPA, a fundamentação deve ser expressa, através de sucinta exposição dos fundamentos de facto e de direito da decisão, podendo consistir em mera declaração de concordância com os fundamentos de anteriores pareceres, informações ou propostas, que constituirão neste caso, parte integrante do respectivo ato, equivalendo à falta de fundamentação a adopção de fundamentos que, por obscuridade, contradição ou insuficiência, não esclareçam concretamente a motivação do ato. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 31 de Outubro

I. A característica essencial das ajudas de custo é o seu carácter compensatório, visando reembolsar o trabalhador pelas despesas que foi obrigado a suportar em favor da sua entidade patronal, por motivo de deslocações ou novas instalações ao serviço desta, e a inexistência de qualquer corresponsabilidade entre a sua percepção e a prestação de trabalho.

II. Porque a lei exclui do conceito de rendimentos da categoria A para efeitos de IRS as ajudas de custo que não excedam os limites legais, tal como definidos para os servidores do Estado (cfr. artigo 2.º, n.º 3, alínea e), e 6, do CIRS), a tributação em sede de IRS dos montantes auferidos a título de ajudas de custo e que se compreendam dentro desses limites só pode ser sustentada se a Administração Tributária demonstrar a falta de verificação dos pressupostos para a atribuição desses montantes a esse título, o que lhe permitirá alterar a declaração de rendimentos (cfr. artigos 55.º, 74.º, n.º 1 e 75.º, n.º 1, da LGT).

III. É, portanto, sobre a Administração Tributária que recai o ónus de demonstrar que as quantias devidamente declaradas como ajudas de custo constituem retribuição. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 17 de Outubro

I. A competência hierárquica do Supremo Tribunal Administrativo está, em recurso jurisdicional, legalmente dependente de naquele apenas terem sido suscitadas questões de direito, como resulta claro da repartição de competências estabelecida nos artigos 26.º, alínea b), e 38.º, alínea a), ambos do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais: a Secção do Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo conhece em segundo grau de jurisdição dos recursos de decisões dos tribunais tributários com exclusivo fundamento em matéria de direito; a Secção do Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo conhece em segundo grau de jurisdição dos recursos de decisões dos tribunais tributários que não tenham como exclusivo fundamento matéria de direito.

II. Sendo a Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo a única hierarquicamente competente para apreciar o recurso jurisdicional nas situações em que neste se suscitam questões de facto e existindo questões de facto a



decidir no recurso que nos foi colocado para decisão – erro de julgamento na apreciação dos factos apurados e nas conclusões de facto dele extraídas - é imperioso concluirmos que o Supremo Tribunal Administrativo não é o competente para julgar o objecto do presente recurso jurisdicional.

III. Os sistemas informáticos e os programas que por recurso a estes são construídos pelas entidades, incluindo a Administração Tributária, para assegurar o cumprimento cada vez mais célere e eficaz dos superiores deveres que lhe estão cometidos não podem deixar de ser compatíveis com o cumprimento das normas de cariz procedimental, processual e substantiva que regem toda a actuação dos órgãos públicos.

IV. Constatada a impossibilidade do sistema informático em determinadas circunstâncias corrigir as declarações apresentadas pelo contribuinte, impõe-se à Administração Tributária que colmate, se necessário manualmente, essa impossibilidade informática, emitindo liquidações adicionais com as correcções devidas, incluindo o cômputo de juros compensatórios atendendo exclusivamente ao período de tempo que mediou entre o pagamento voluntário e tempestivo das primeiras liquidações e o pagamento do valor acrescido julgado devido. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 7 de Novembro

I. Como intermediário financeiro impendia sobre o Réu o dever de informação sobre os riscos especiais do produto transacionado a que aludem o artigo 312º, nº1 al) do CVM.

II. Não tendo o Réu intermediário assumido individualmente o reembolso do capital, e, no caso, o produto financeiro não corresponder a um produto inseguro, ou que não pudesse ser apresentado como comparável a um depósito a prazo, subsiste apenas o risco geral de incumprimento do emitente.

III. Matéria de conteúdo genérico e notório, cuja exigência de veiculação autónoma pelo Réu junto dos AA. não resultava da lei, integrando a noção de senso comum, sabendo-se que todos os agentes económicos podem tornar-se insolventes.

IV. Competia ainda aos AA a prova da ilicitude do comportamento do Réu, de nexos de causalidade entre a violação do dever de informação invocada e eventuais danos, bem como não teriam atuado da mesma forma, caso tivessem tido acesso a essa informação relevante. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 22 de Outubro

I. São de natureza interpretativa as leis que, sobre pontos ou questões em que as regras jurídicas aplicáveis são incertas ou o seu sentido controvertido, vem consagrar uma solução que os tribunais poderiam ter adotado.

II. Para que uma lei nova possa ser realmente interpretativa são necessários dois requisitos, a saber:

- que a solução do direito anterior seja controvertida ou pelo menos incerta; e,
- que a solução definida pela nova lei se situe dentro dos quadros da controvérsia e seja tal que o julgador ou o intérprete a ela poderiam chegar sem ultrapassar os limites normalmente impostos à interpretação e aplicação da lei.

III. Se o julgador ou o intérprete, em face de textos antigos, não podiam sentir-se autorizados a adotar a solução que a lei nova vem consagrar, então esta é decididamente inovadora.

IV. A lei interpretativa é retroativa por duas ordens de razões:

- a lei é uma determinação, e não uma declaração de ciência, posto que o legislador não sabe melhor que qualquer outra pessoa qual o verdadeiro sentido da lei, sendo que dentro de uma posição objetivista, a fixação de um sentido da lei anterior como o único admissível é uma nova injunção, constituindo uma ficção pretender que o sentido que o legislador agora impõe foi sempre o verdadeiro sentido da fonte.

- há retroatividade quando uma fonte atua sobre o passado, sendo que a lei interpretativa, se bem que não suprima a fonte anterior, não se confunde com ela, pois que o título é necessariamente composto, englobando também a lei nova, o que significa que se a lei nova vem regular o passado, então é necessariamente retroativa. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 24 de Outubro

I. Na pendência da execução de um contrato de depósito e registo de instrumentos financeiros, de «depósito de simples custódia», o intermediário financeiro não está obrigado a comunicar ao cliente, ora autor, qualquer alteração na cotação, seja de valorização, desvalorização, ou eventos que a pudessem determinar, dos títulos de que era depositário, quando apenas traduzem a materialização de um risco próprio do produto financeiro subscrito, por força do disposto no artigo 312º C, nº 1 do C.V.M.

II. Se o processo fornece elementos suficientes para a decisão do litígio, sem necessidade de produzir prova quanto a factos essenciais, além dos factos já adquiridos processualmente, é possível o julgamento de mérito no despacho saneador, conforme resulta da formulação legal do artigo 595º nº 1 al. b) do C.P.C. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 24 de Setembro

I. No crime de administração danosa, p. e p. pelo art. 235, do C. Penal, o bem jurídico protegido é o património de “unidade económica do sector público ou cooperativo”.



II. Uma certa evolução jurisprudencial corresponde ao entendimento de que deve haver uma maior abertura no acesso ao estatuto de assistente, tendo presente um conceito poliédrico do bem jurídico, no qual podem caber, ao lado dos bens jurídicos públicos ou colectivos, os bens jurídicos dos particulares, o que justifica a admissão da constituição como assistente de particulares nesses processos.

III. Os interesses que o recorrente - Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos - pretende defender não são concretos, de modo a se poder ver os seus representados como típicos lesados, antes se apresentam como interesses gerais (as chamadas «expectativas comunitárias»), cuja defesa não cabe ao assistente e nada permite admitir que, com os factos investigados, se tenha visado causar um prejuízo aos interesses de particulares (no caso dos trabalhadores representados).

IV. Em relação a factos relacionados com a administração da CGD, susceptíveis de integrar a prática de crime de administração danosa, p. e p. pelo art. 235, do C. Penal, não é admissível a intervenção como assistente do sindicato representativo de trabalhadores da mesma. - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

CAPITAL MARKETS UNION

Texto do **regulamento** relativo ao financiamento sustentável - obrigações de divulgação - [DOC](#)

Texto do **regulamento** relativo ao financiamento sustentável - índices de referência - [DOC](#)

Texto do **regulamento** relativo às empresas de investimento - [DOC](#)

Texto da **diretiva** relativo às empresas de investimento - [DOC](#)

Texto do **regulamento** relativo às obrigações cobertas - [DOC](#)

Texto da **diretiva** relativa às obrigações cobertas - [DOC](#)

Texto do **regulamento** relativo ao mercado de PME em crescimento - [DOC](#)

DECISIONS AND REGULATION

Decisão (UE) 2019/1875 do Conselho de 8 de novembro de 2019, relativa à celebração em nome da União Europeia do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e a República de Singapura - [DOC](#)

Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União - [DOC](#)

Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva (UE) 2017/1132 na parte respeitante às transformações, fusões e cisões transfronteiriças - [DOC](#)

Retificação da Diretiva (UE) 2019/771 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2019, relativa a certos aspetos dos contratos de compra e venda de bens que altera o Regulamento (UE) 2017/2394 e a Diretiva 2009/22/CE e que revoga a Diretiva 1999/44/CE - [DOC](#)

Retificação da Diretiva (UE) 2019/770 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2019, sobre certos aspetos relativos aos contratos de fornecimento de conteúdos e serviços digitais - [DOC](#)

Regulamento de Execução (UE) 2019/1928 da Comissão de 19 de novembro de 2019 que adapta a taxa de ajustamento dos pagamentos diretos prevista no Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante ao ano civil de 2019 e que revoga o Regulamento de Execução (UE) 2019/916 da Comissão - [DOC](#)

Regulamento de Execução (UE) 2019/1902 da Comissão de 7 de novembro de 2019 que estabelece as informações técnicas para o cálculo das provisões técnicas e dos fundos próprios de base para efeitos de relato com uma data de referência compreendida entre 30 de setembro de 2019 e 30 de dezembro de 2019, em conformidade com a Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício - [DOC](#)

Regulamento de Execução (UE) 2019/1891 do Conselho de 11 de novembro de 2019 que dá execução ao Regulamento (UE) 2017/2063 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Venezuela - [DOC](#)

Regulamento de Execução (UE) 2019/1883 da Comissão de 8 de novembro de 2019 que altera pela 307.ª vez o Regulamento (CE) n.º 881/2002 do Conselho que impõe certas medidas restritivas específicas contra determinadas pessoas e entidades associadas às organizações EIIL (Daexe) e Alcaida - [DOC](#)

Regulamento Delegado (UE) 2019/1935 da Comissão de 13 de maio de 2019 que altera a Diretiva (UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às normas técnicas de regulamentação que adaptam os



montantes de base em euros para efeitos do seguro de responsabilidade civil profissional e da capacidade financeira dos mediadores de seguros e de resseguros - [DOC](#)

Regulamento (UE) 2019/1890 do Conselho de 11 de novembro de 2019 que impõe medidas restritivas tendo em conta as atividades de perfuração não autorizadas levadas a cabo pela Turquia no Mediterrâneo Oriental - [DOC](#)

Regulamento (UE) 2019/1889 do Conselho de 11 de novembro de 2019 que altera o Regulamento (UE) 2017/2063 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Venezuela - [DOC](#)

Regulamento Delegado (UE) 2019/1866 da Comissão de 3 de julho de 2019 que altera o Regulamento Delegado (UE) 2017/653 a fim de alinhar a disposição transitória para os produtores de PRIIP que oferecem como opções de investimento subjacentes unidades de fundos, como referido no artigo 32.o do Regulamento (UE) n.º 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, com o período de isenção prorrogado previsto nesse artigo - [DOC](#)

Regulamento Delegado (UE) 2019/1851 da Comissão de 28 de maio de 2019 que complementa o Regulamento (UE) 2017/2402 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às normas técnicas de regulamentação sobre a homogeneidade das posições em risco subjacentes a titularizações - [DOC](#)

Retificação do Regulamento (UE) n.º 267/2012 do Conselho, de 23 de março de 2012, que impõe medidas restritivas contra o Irão e revoga o Regulamento (UE) n.º 961/2010 - [DOC](#)

Decisão (PESC) 2019/1894 do Conselho de 11 de novembro de 2019 que impõe medidas restritivas tendo em conta as atividades de perfuração não autorizadas levadas a cabo pela Turquia no Mediterrâneo Oriental - [DOC](#)

Decisão (PESC) 2019/1893 do Conselho de 11 de novembro de 2019 que altera a Decisão (PESC) 2017/2074 relativa a medidas restritivas tendo em conta a situação na Venezuela - [DOC](#)

Retificação da Decisão 2011/299/PESC do Conselho, de 23 de maio de 2011, que altera a Decisão 2010/413/PESC que impõe medidas restritivas contra o Irão - [DOC](#)

Informação (EU) 2019/C 386/02 - Lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais — Relatório do Grupo do Código de Conduta (Fiscalidade das Empresas) que sugere alterações aos anexos das conclusões do Conselho de 12 de março de 2019, incluindo a retirada da lista de uma jurisdição - [DOC](#)

Decisão (UE) 2019/1848 do Banco Central Europeu de 29 de outubro de 2019 que altera a Decisão BCE/2007/7 relativa aos termos e condições do TARGET2-ECB (BCE/2019/32) - [DOC](#)

Taxa de juro aplicada pelo Banco Central Europeu às suas principais operações de refinanciamento a partir de 1 de novembro de 2019: 0,00 %Taxa aplicada a operação mais recente realizada antes da data indicada. No caso de leilão de taxa variável, a taxa de juro é a taxa marginal. Taxas de câmbio do euroFonte: Taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Central Europeu - [DOC](#)

Public consultation: EU competition rules on horizontal agreements between companies – evaluation - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

Basic figures on the EU - [DOC](#)

Small and medium-sized enterprises: an overview - [DOC](#)

Secrets of success 2018-2019 - [DOC](#)

Household expenditure in 2018 - [DOC](#)

Business Climate Indicator (BCI) for the euro area - [DOC](#)

Business and consumer survey results - [DOC](#)



Business and Consumer Survey Results: **Economic Sentiment down in both the euro area and the EU** - [DOC](#)

How many years are people expected to work? - [DOC](#)

Taxation in 2018: Tax-to-GDP ratio up to 40.3% in EU - [DOC](#)

GDP up by 0.2% and employment up by 0.1% in the euro area - [DOC](#)

Autumn 2019 Economic Forecast: A challenging road ahead - [DOC](#)

ECB - EUROPEAN CENTRAL BANK

Euro foreign exchange reference rates - [DOC](#)

Monetary developments in the euro area: October 2019 - [DOC](#)

Euro area financial stability environment remains challenging - [DOC](#)

Christine Lagarde: Welcome address - [DOC](#)

ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

ESMA consults on **position limits in commodity derivatives** - [DOC](#)

New publication date for **systematic internaliser and bond data** - [DOC](#)

ESMA publishes data for the **systematic internaliser calculations for equity, equity-like instruments and bonds** - [DOC](#)

ESMA makes **new bond liquidity data** available - [DOC](#)

ESMA issues **latest double volume cap data** - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

ESMA report sees **decrease in prospectus activity for 2018** - [DOC](#)

ESMA publishes **validation rules and XML schemas for SFTR reporting** - [DOC](#)

ESMA update on **BREXIT preparations** - [DOC](#)

ESMA **advises EC on the supervisory regime** for third-country CCPS - [DOC](#)

DG international **Ratings SRL's CRA registration withdrawn** - [DOC](#)

ESMA begins **recruitment of chair and members for its CCP** supervisory committee - [DOC](#)

Steven Maijor delivers keynote address at **Euro Finance Week** - [DOC](#)

Steven Maijor delivers keynote at **EFAMA investment management forum** - [DOC](#)

Opening statement by ESMA chair Steven Maijor at **ECON hearing** - [DOC](#)

Steven Maijor delivers **speech on benchmarks** in Madrid - [DOC](#)

ESMA updates its Q&As on the **securitisation regulation** - [DOC](#)



ESMA has **moved to new premises** in the 12th arrondissement in Paris - [DOC](#)

ESMA **Newsletter** - Nº 9 - [DOC](#)

EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

Consultation Paper on the **RTS and ITS on passport notification** (EBA-CP-2019-12) - [DOC](#)

EBA launches consultation on **disclosure and reporting of MREL and TLAC** - [DOC](#)

EBA launches consultation on draft amended **technical standards on passport notification** - [DOC](#)

EBA calls on the European Commission to **take action to facilitate the scaling up of cross-border activity** - [DOC](#)

EBA announces timing for publication of 2019 **EU-wide transparency exercise and Risk Assessment Report** - [DOC](#)

EBA consults on **specific supervisory reporting requirements for market risk** - [DOC](#)

EBA publishes Opinion **proposing to further strengthen depositor protection in the EU** - [DOC](#)

EBA publishes **technical package on reporting framework 2.9.1.** - [DOC](#)

EBA publishes **2020 EU-wide stress test methodology and draft templates** - [DOC](#)

EBA publishes its roadmap on the **risk reduction measures package** - [DOC](#)

EBA shows that **efforts to improve EU banks' asset quality have proven successful but pockets of risks remain** - [DOC](#)

ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

Award of the 2019 Ieke van den Burg Prize **for Research on Systemic Risk** - [DOC](#)

Strategic Liquidity Mismatch and Financial Sector Stability - [DOC](#)

The Value of Central Clearing - [DOC](#)

FCA - FINANCIAL CONDUCT AUTHORITY

The future of financial services regulation in the UK - [DOC](#)

Statement on **MiFID II inducements and research** - [DOC](#)

Meeting the pace of **technological change** - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

CFP - CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Projetar o desemprego em Portugal: uma abordagem baseada nos fluxos do mercado de trabalho - [DOC](#)

DGAEP - DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO

Síntese estatística do **emprego público**: Setembro de 2019 - [DOC](#)

DGO - DIRECÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO

Síntese da **Execução Orçamental Mensal**: Outubro de 2019 - [DOC](#)

IGCP - AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA

Boletim Mensal: Novembro de 2019 - [DOC](#)

Ratings: Novembro de 2019 - [DOC](#)

IPCG – INSTITUTO PORTUGUÊS DE CORPORATE GOVERNANCE

O IPCG organiza no dia 5 de dezembro de 2019, na Sala Almada Negreiros no CCB - Centro Cultural de Belém, em Lisboa, o evento “**Apresentação do Relatório Anual de Monitorização, relativo a 2018, do Código de Governo das Sociedades**”. - [DOC](#)

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Taxa de **variação homóloga do IPC** estimada em 0,3% - Novembro de 2019 - [DOC](#)

Indicador de **confiança dos Consumidores aumenta** e indicador de **clima económico estabiliza** - Novembro de 2019 - [DOC](#)

Taxa de **variação homóloga do IPC nula** - Outubro de 2019 - [DOC](#)

Indicador de **atividade económica** e indicador de **clima económico diminuem** - Outubro de 2019 - [DOC](#)

As **taxas de desemprego** de setembro e de outubro (provisória) situaram-se em 6,5% - Outubro de 2019 - [DOC](#)

Taxa de juro desceu para 1,038%, capital em dívida e prestação mensal fixaram-se em 53 231 euros e 246 euros, respetivamente - Outubro de 2019 - [DOC](#)

As **exportações e as importações aumentaram** 5,8% e 13,2%, respetivamente, em termos nominais - Setembro de 2019 - [DOC](#)

Volume de **Negócios na Indústria reduziu-se em 2,1%** - Setembro de 2019 - [DOC](#)

Volume de **Negócios nos Serviços acelerou para 1,3%** - Setembro de 2019 - [DOC](#)

Crescimento homólogo do PIB foi 1,9% em volume - 3.º Trimestre de 2019 - [DOC](#)



A remuneração bruta mensal média aumentou 3,0% no 3.º trimestre de 2019, para 1 220 Euros - [DOC](#)

Produto Interno Bruto aumentou 1,9% em volume - 3.º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

O Índice de Custo do Trabalho aumentou 5,0% em relação ao mesmo trimestre de 2018 - 3.º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

A taxa de desemprego diminuiu para 6,1% - 3.º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

A riqueza líquida por família em Portugal aumentou entre 2013 e 2017 para todas as classes de riqueza das famílias - 2017 - [DOC](#)

Filiais de empresas estrangeiras em Portugal empregam perto de meio milhão de pessoas - 2018 - [DOC](#)

Poder de Compra superior à média nacional em 32 dos 308 municípios - 2017 - [DOC](#)

UTAO - UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

Relatório n.º 20/2019 - **Evolução Orçamental**: janeiro a setembro de 2019 - [DOC](#)

Relatório n.º 19/2019 - **Apreciação do Projeto de Plano Orçamental para 2020** - [DOC](#)

Relatório n.º 18/2019 - **Contas das Administrações Públicas**: janeiro a junho de 2019 - [DOC](#)

Relatório n.º 17/2019 - **Evolução Orçamental**: janeiro a agosto de 2019 - [DOC](#)

Relatório n.º 14/2019 - **Condições dos mercados, dívida pública e dívida externa**: janeiro a julho de 2019 - [DOC](#)

BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

Basel Committee consults on Pillar 3 disclosure templates related to banks' market risk and sovereign exposures - [DOC](#)

Voluntary disclosure of sovereign exposures - [DOC](#)

Varying shades of red: how red team testing frameworks can enhance the cyber resilience of financial institutions - [DOC](#)

Andréa M Maechler: **Climate risks and central banks** - an SNB perspective - [DOC](#)

François Villeroy de Galhau: **The future of the European Economic and Monetary Union** - [DOC](#)

Jon Nicolaisen: **How important is it for a nation to have a payment system?** - [DOC](#)

Philip R Lane: **The international transmission of monetary policy** - [DOC](#)

Yves Mersch: **Anti-money laundering and combating the financing of terrorism** - recent initiatives and the role of the European Central Bank - [DOC](#)

Margarita Delgado: **The management of non-financial risk** - [DOC](#)

Daniele Franco: **Business conduct supervision in the financial sector** - [DOC](#)

The changing colour of money - new directions for payment systems, currencies - [DOC](#)

Effective exchange rate indices - [DOC](#)

Jerome H Powell: **The economic outlook** - [DOC](#)



CLIMATE BONDS INITIATIVE

Green Bond European Investor Survey 2019 - [DOC](#)

ECONPAPERS

Exporter Firms Behaviour, Evidence From Portuguese Firms Using Microdata - [DOC](#)

EUROPEAN ISSUERS

European Issuers Response to the Public Consultation on European Partnerships for Innovative SMEs - [DOC](#)

IMD - INTERNATIONAL INSTITUTE FOR MANAGEMENT DEVELOPMENT

IMD World Competitiveness Rankings 2019 Results - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

Regional Economic Outlook: Europe - [DOC](#)

Back to the Future: Fiscal Rules for Regaining Sustainability - [DOC](#)

Managed Trade: What Could be Possible Spillover Effects of a Potential Trade Agreement Between the U.S. and China? - [DOC](#)

IMF staff concludes visit to Mozambique - [DOC](#)

MAZARS

“5G will reshape most industries” - [DOC](#)

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

Economic Outlook, Volume 2019, Issue 2: Preliminary version, Portugal - [DOC](#)

OECD Economic Outlook, November 2019 - [DOC](#)

From G7 announcement in August to Paris Peace Forum, Business for Inclusive Growth (B4IG) coalition gains momentum - [DOC](#)

International community has achieved unprecedented success fighting offshore tax evasion - [DOC](#)

Weak trade and investment threaten long-term growth - [DOC](#)

GDP Growth - Third quarter of 2019 - [DOC](#)

Growth and Economic well-being: Second quarter 2019 - [DOC](#)

Composite Leading Indicators - [DOC](#)



OLIVER WYMAN

Women In Financial Services 2020 - [DOC](#)

PORTUGUESE ECONOMIC JOURNAL

Economic policy in Portugal: innovation, competitiveness, and internationalisation - [DOC](#)

PWC - PRICEWATERHOUSECOOPERS

The Low Carbon Economy Index 2019 - [DOC](#)

WORLD BANK

Paying Taxes 2020 - [DOC](#)

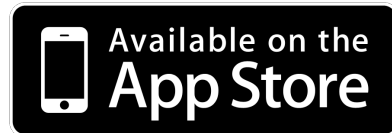
Doing Business 2020 - [DOC](#)

© AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
Novembro de 2019

O REGULATORY UPDATE é publicado pela AEM
com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO



[Subscribe](#)



[Read](#)



[Discuss](#)



[Link](#)



[Like](#)



[Share](#)

REGULATORY UPDATE

Novembro 2019

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa
Telefone: +351 21 820 49 70
Fax: +351 21 807 74 90
abel.ferreira@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

SLBA - Sofia Leite Borges & Associados -
Sociedade de Advogados SP RL

Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto,
1050-215 Lisboa
Telefone: +351 213 170 996
Fax: +351 213 170 999
sofia.borges@slba.pt
www.slba.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral geral@aem-portugal.com.